

Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005,  
para determinar que a alteração de contrato  
de consórcio público dependerá de  
ratificação mediante leis aprovadas pela  
maioria dos entes federativos consorciados.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** A Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12. A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

.....” (NR)

“Art. 12-A. A alteração de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei pela maioria dos entes consorciados.”

**Art. 2º** As novas regras para alteração de contrato de consórcio público previstas no art. 1º também se aplicam aos consórcios já existentes na data de publicação desta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de junho de 2022.

  
Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente do Senado Federal